



**Maria da Graça
Rocha Gonçalves
Leite**

**Vitimação indireta: A perceção das crianças sobre
a violência interparental**



**Maria da Graça
Rocha Gonçalves
Leite**

**Vitimação indireta: A perceção das crianças sobre
a violência interparental**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Saúde e Reabilitação Neuropsicológica, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Marlene da Rocha Migueis, Professora Auxiliar no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho ao meu filho, pais e namorado.

o júri

Presidente

Professora Doutor Carlos Fernandes da Silva
Professor Catedrático e Diretor do Departamento de Educação e Psicologia da
Universidade de Aveiro

Professora Doutora Ana Isabel Sani
Professora na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa,
Porto

Professora Doutora Marlene da Rocha Migueis
Professora Auxiliar no Departamento de Educação e Psicologia da
Universidade de Aveiro

agradecimentos

Este espaço é dedicado a todos aqueles que me acompanharam e apoiaram em todo o meu percurso acadêmico e pessoal. A todos deixo os meus sinceros agradecimentos, sem vocês seria tudo muito mais difícil de alcançar. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Marlene da Rocha Migueis, pela dedicação, apoio e orientação na realização deste estudo, e a todos os professores que me acompanharam durante este percurso acadêmico. Os meus sinceros agradecimentos a todos os participantes deste estudo por se disponibilizarem a participar no mesmo e à instituição que me recebeu. Sinto-me fortemente agradecida pelo apoio incondicional que os meus pais me têm prestado. Ao meu filho Pedro, pela compreensão da minha ausência em alguns momentos da sua vida, a ele devo todo o meu amor, respeito e gratidão. Ao meu namorado Eduardo, agradeço a paciência, carinho e preocupação com o meu bem-estar, que me prestou em todos os momentos mais difíceis.

palavras-chave

vitimação indireta; violência interparental; conflitos interparentais; violência doméstica

resumo

O fenómeno da violência interparental tem consequências diretas e indiretas nas crianças, comprometendo a sua saúde e qualidade de vida. As crianças e os jovens que vivenciam a violência interparental, são vítimas indiretas e vulneráveis, que vivem em sofrimento e *stress* constante. Estas crianças são suscetíveis de virem a desenvolver problemas de internalização e externalização, que poderão afetar significativamente o seu desenvolvimento. Este estudo tem como objetivo conhecer a perceção das crianças sobre a violência interparental. Foi definida uma amostra de conveniência, constituída por 35 alunos de um colégio do Concelho de Aveiro, com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos. Foram utilizados como instrumentos de recolha de dados um questionário sociodemográfico e duas escalas. A Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV) que avalia as crenças das crianças sobre a violência interpessoal e a Escala de Perceção da Criança sobre a Violência Interparental (CPIC) que avalia a perceção das crianças sobre a violência interparental. Os resultados sugerem que, existem crenças e perceções erróneas sobre a violência interpessoal e interparental. Os resultados não foram estatisticamente significativos, mas permitiram através das escalas utilizadas, obter uma compreensão mais aprofundada sobre esta problemática.

keywords

indirect victimization; interparental violence; lack of children; interparentais conflicts.

abstract

The phenomenon of interparental violence has direct and indirect consequences on children, compromising their health and quality of life. Children and young people who experience interparental violence are indirect and vulnerable victims, who live in constant suffering and stress. These children are likely to develop problems of internalization and externalization, which may significantly affect their development. This study aims to know children's perception of interparental violence. A convenience sample, consisting of 35 students from a college in the Municipality of Aveiro, aged between 10 and 12 years. A sociodemographic questionnaire and two scales were used as instruments of data collection. The Child Beliefs on Violence Scale (ECCV) which assesses children's beliefs about interpersonal violence and the Children's Perception of Interparental Violence Scale (CPIC) which evaluates the perception of interparental violence. The results suggest that there are erroneous beliefs and perceptions about interpersonal and interparental violence. The results were not statistically significant, but allowed through the scales used, obtaining a deeper understanding about this problem.

Índice

Introdução	1
<i>O Fenómeno da Violência</i>	2
<i>Violência Doméstica</i>	3
<i>Violência Interparental</i>	5
Método	9
<i>Participantes</i>	9
<i>Instrumentos</i>	9
<i>Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV)</i>	10
<i>Escala de Percepção da Criança à Violência Interparental (CPIC)</i>	10
<i>Procedimentos</i>	11
Resultados	12
Discussão	22
Conclusão	24
Referências bibliográficas	25
Anexos	30

Introdução

A violência é um fenómeno transversal a diversas culturas e sociedades. É considerada um evento complexo e multifacetado, que pode afetar negativamente a vidas das pessoas. A World Health Organization (WHO, 2014) refere que, mundialmente, a violência afeta mortalmente mais de 1,3 milhões de pessoas na faixa etária entre os 15 e os 44 anos, nas suas mais diversas formas, nomeadamente a violência interpessoal. A mesma organização em 1996, declara a violência como um problema grave de saúde pública e de violação dos direitos humanos. Sugerem como ferramentas ao alcance das entidades competentes mais informação, educação, recursos sociais e igualdade de oportunidade para todos, como uma forma de prevenir a violência, crimes e mortes que desta advêm (WHO, 1996).

No seu relatório mundial a WHO (2002) definiu a violência como o uso da força física ou poder de forma intencional, em atos ou ameaças, contra si próprio ou outra pessoa, grupo e/ou comunidade, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico e/ou desenvolvimento prejudicado. Propõem uma tipologia para a violência constituída por três categorias: a violência individual/autodirigida (e.g. comportamento suicida e automutilação), a violência comunitária/coletiva (e.g. atos danosos cometidos por um grupo que podem ser estimulados por motivos políticos, económicos e/ou sociais) e a violência interpessoal (e.g. danos causados por um indivíduo contra outro) e nesta última encontra-se a violência doméstica e a violência interparental, sendo esta última o foco deste trabalho.

Para que possamos compreender a violência interparental, é necessário compreendermos em primeiro lugar a violência doméstica, ambas estão fortemente associadas. A violência doméstica (VD) ocupa uma dimensão preocupante, pela força destruidora dos laços familiares, pelos danos causados nas vítimas, afetando gravemente a sua saúde e qualidade de vida. De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a violência doméstica é comumente praticada em local privado (lar), exercida por uma pessoa (o/a agressor/a) contra outra (a vítima). As vítimas podem ser homens, mulheres, idosos, crianças e outros adultos vulneráveis (APAV, 2015; WHO, 2002). Relativamente à violência interparental, as vítimas são crianças e jovens que presenciam os conflitos entre os seus pais/cuidadores. Estas crianças e jovens são vítimas indiretas, vulneráveis e indefesas em comparação com outros adultos e mais suscetíveis de virem a ser vítimas diretas dos conflitos interparentais (Milani & Loureiro, 2008).

Na presente dissertação procura-se analisar a problemática da violência interparental em crianças, que se encontravam no momento a frequentar o 2º ciclo do ensino básico. A pertinência e o objetivo deste trabalho prendem-se por um lado, pela necessidade de compreender a perceção das crianças sobre este tipo de violência e por outro lado, pela dimensão alarmante e impacto negativo que tem no ajustamento destas crianças, possibilitando a realização de outros estudos nesta área, de forma a prevenir este fenómeno.

O Fenómeno da Violência

A violência sempre esteve presente na vida das pessoas, atravessando gerações e apresentando-se historicamente de diversas formas. Considera-se como formas de violência: homicídios, violações sexuais contra mulheres e crianças (e.g. guerras), o abuso de pessoas idosas e outros adultos vulneráveis. A violência pode ser exercida de diversas formas, nomeadamente, de manipulação psicológica/emocional, através de atos físicos (violência ativa) ou através de negligência ou irresponsabilidade (violência passiva) (Sanmartín, 2007).

A WHO (2002) apresenta o Modelo Ecológico para a compreensão da violência, no qual são apresentados quatro fatores que interagem entre si: os fatores individuais (e.g. biológicos e história pessoal), referindo-se à personalidade e impulsividade do indivíduo, ao testemunho dos conflitos interparentais, ao facto de ter sido abusado/a em criança ou adolescência; os fatores relacionais (e.g. familiares e pares) que dizem respeito a famílias disfuncionais, a amizades problemáticas e a relacionamentos íntimos conflituosos; os fatores comunitários (e.g. escola, local de trabalho, vizinhança) nomeadamente, os ambientes escolares desfavoráveis, o desemprego e as dificuldades económicas, o consumo de álcool e de outras substâncias; e os fatores sociais (e.g. económicos, desigualdades de género, normas e regras culturais) que sustentam e legitimam a violência (Casique & Furegato, 2006).

O Modelo Ecológico é baseado em estudos de Bronfenbrenner (1992) sobre os sistemas ecológicos (o microsistema, o mesosistema, exosistema e o macrosistema) que interagem entre si e junto da criança, influenciando o seu desenvolvimento. Este modelo foi também utilizado por outros investigadores, com o objetivo de compreenderem a influência dos contextos na violência, nomeadamente a interpessoal. O Modelo Ecológico, permite compreender quais os fatores de risco e de proteção que influenciam o comportamento das pessoas, aumentando a possibilidade das mesmas se tornarem

vítimas ou agressores (Casique & Furegato, 2006). Alguns dos anéis do modelo sobrepõem-se a outros, como se pode verificar (cf. figura 1) o que indica a interação conjunta dos 4 fatores (Heise, 1998). Ao nível global, este modelo é utilizado com inclusão da cultura, ideologias, religião e economia de cada país.



Figura 1: Modelo Ecológico para compreender a violência (OPS/OMS, 2002, p. 9)

Em Portugal, as estatísticas da Direção Geral de Saúde (DGS, 2014) referem que inúmeras pessoas são afetadas pela violência, recorrendo aos cuidados de saúde primários, com problemas de saúde mental, nomeadamente depressão, ansiedade, sintomas traumáticos, doenças cardiovasculares e hipertensão. Isso gera custos elevados, sobretudo custos económicos (e.g. tratamentos nos serviços de saúde para as vítimas), custos humanos (perdas/mortes) e custos emocionais (e.g. sofrimento, dor, baixa autoestima, angustia) (WHO, 2016).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2017) indica uma lista de crimes/violência praticados em Portugal, a maioria enquadráveis no Código Penal Português: ofensa à integridade física; ameaça; violência sexual; abuso sexual de crianças; pornografia de menores; violência doméstica; violência contra crianças e jovens; homicídio; *Bullying*, *Stalking* entre outros. Qualquer ato de violência pode deixar marcas psicológicas graves, não só na vítima, mas também na família e/ou testemunhas, que de alguma forma se sentiram afetadas por esta.

Violência Doméstica

Como foi referido anteriormente, a violência doméstica ocorre em ambiente familiar e pode ser exercida contra mulheres, homens, crianças, idosos e outros adultos indefesos. A vítima e o/a agressor/a podem ou não residir no mesmo espaço doméstico, ser ou terem sido cônjuges ou ex-cônjuges, namorado/a ou ex-namorado/a, companheiro/a ou ex-companheiro/a, ou ligados por laços de parentesco, adoção ou afinidade (APAV, 2010; 2015). Em algumas famílias com índices elevados de violência, estão associados fatores de carência económica e educacional, desemprego, consumo excessivo de álcool e problemas psicopatológicos (APAV, 2015).

Em Portugal, a Associação de Apoio à Vítima (APAV, 2018) registou em 2017 um total de 40.928 atendimentos de pessoas que recorreram aos seus serviços de apoio, resultando em 12.086 processos. Foram identificadas 9.176 vítimas de crimes e outras formar de violência. Os crimes contra pessoas apresentaram valores de (95%) em relação ao total de crimes registados, com realce para os crimes de violência doméstica (75,7%) em comparação com os restantes crimes. A maioria das vítimas era do sexo feminino (82,5%) e tinham idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (38,9%). Relativamente ao estado civil destas vítimas, (28,2%) eram casadas e (23,1%) solteiras e pertenciam a um tipo de família nuclear com filhos/as (33,4%). Em 80% dos casos, o sexo masculino surgia como autor do crime, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (23,3%).

As formas de violência geralmente usadas pelo agressor contra a vítima são: a violência emocional (e.g. ameaçar os filhos, humilhar o outro na presença de amigos), a violência social (e.g. impedir que este/a visite familiares ou amigos, controlar as chamadas telefónicas), a violência física (e.g. esmurrar, pontapear, estrangular o/a companheiro/a), a violência sexual (e.g. forçar o/a companheiro/a a ter relações sexuais contra a sua vontade ou relações sexuais desprotegidas com outras pessoas), a violência financeira (e.g. recusar dar dinheiro, não ter acesso a medicação) e a perseguição como forma de controlo (*Stalking*) (APAV, 2015).

Uma das explicações para que a vítima tenha dificuldades em abandonar a relação pode ser explicada pelo ciclo da violência doméstica (nas relações de intimidade). Este ciclo é composto por 3 fases e tende a ser repetitivo/circular. A fase (1) é designada como o aumento de tensão (e.g. o agressor começa por ficar irritado; insulta e ameaça a vítima; deixa de haver comunicação; a tensão vai aumentando). Na fase (2) surge o ataque violento (e.g. o/a agressor/a maltrata física e psicologicamente a vítima), as agressões tendem a aumentar de frequência e intensidade. A última fase (3) é chamada lua-de-mel ou de apaziguamento (e.g. o/a agressor/a pede desculpa; faz promessas; culpa a vítima por ser a causa dos conflitos; promete mudar de comportamento). Este ciclo pode repetir-se durante anos e as fases de tensão e de apaziguamento tendem a encurtarem e a serem cada vez mais frequentes e graves. Em situações limite, o culminar destes episódios violentos pode resultar em homicídio (APAV, 2010).

Violência Interparental

A violência interparental (VIP) é caracterizada pela exposição ou testemunho das crianças e jovens aos conflitos entre os seus pais/cuidadores (e.g. ouvir os gritos, ver e/ou observar os ferimentos causados na vítima). Estas crianças e jovens são vítimas indiretas da violência interparental mas com graves consequências ao nível do seu ajustamento global (Baker & Cunningham, 2005).

A VIP foi negligenciada até ao final da década de 80 em Portugal. Alguns dos investigadores que se focaram sobre a vitimação indireta, salientam o impacto negativo que esta tem sobre as crianças e jovens (Sani, 1999, 2002). O reconhecimento deste fenómeno pela comunidade científica conduziu à realização de estudos de grande relevo e de reconhecimento social e jurídico, merecedor de igual atenção, interesse e intervenção social (Garcia, Mesa & Vila, 2013).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2017) refere que, à escala global, cerca de 250 milhões de crianças (6 em 10 crianças) estão sujeitas a punição física, exercida pelos seus pais/cuidadores como forma de educação. A mesma entidade refere que cerca de 176 milhões de crianças (1 em 4 crianças) menores de 5 anos encontram-se a viver com a mãe, vítima de violência doméstica, correndo um risco maior de serem também vítimas diretas dos conflitos interparentais ou de outras formas de violência (e.g. negligência). Perto de 1,1 biliões de pais/cuidadores (1 em 4 pais/cuidadores) afirmam que o castigo físico é necessário para criar e educar as suas crianças. Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, em Portugal existem situações de violência interparental que continuam por denunciar, existindo por isso, uma escassez de dados sobre este fenómeno (APAV, 2011).

Segundo Osofsky (1995; 1998) durante muito tempo as crianças e jovens expostos à violência interparental, foram vítimas invisíveis, menosprezadas pela sociedade, sofrendo com os conflitos interparentais. O impacto da exposição à violência interparental tem efeitos diretos e indiretos nestas crianças e jovens. Alguns dos problemas do impacto da violência interparental e referidos na literatura são nomeadamente, problemas de internalização (e.g. ansiedade, choro, tristeza, raiva, culpa, medo, confusão, baixa autoestima, depressão) e de externalização (e.g. agressividade, impulsividade) (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990) e problemas sociais (e.g. ofensa criminal) (Fergusson & Horwood, 1998). Outros problemas são os efeitos psicobiológicos (Margolin & Gordis, 2000).

De acordo com Sani (2002) a exposição à VIP, pode gerar nas crianças sentimentos de medo, insegurança e ansiedade, percepção de ameaça e culpa. Não obstante estas crianças estão mais suscetíveis de serem vítimas diretas dessa violência ao tentarem intervir nos conflitos, como forma de os resolver.

Davies & Cummings (1994) e Grych e Fincham (1990) dos primeiros investigadores nesta área, referiram que a interação com um passado de violência familiar, afeta a segurança e a regulação emocional das crianças e jovens. Baker e Cunningham (2005) apontam alguns problemas psicológicos (e.g. sentimentos de ambivalência e/ou preocupação) por parte dos filhos/as em relação aos pais/cuidadores. As crianças podem experienciar ansiedade de separação da figura de vinculação, insegurança em relação ao futuro (Sani, 2002) e sentimentos de incompetência para lidar com a realidade (Margolin, 1998). A desregulação emocional emergente dos conflitos interparentais, pode resultar em problemas psicopatológicos, depressão, pensamentos intrusivos e sintomas de trauma na fase da adolescência (Graham-Bermann & Levendosky, 1998) podendo estes sintomas se refletir na vida adulta. Outras dificuldades podem ocorrer ao nível da capacidade de atenção, concentração e memória, resultado de uma agitação afetiva/emocional comprometendo o seu desempenho escolar (Iraurgi et. al., 2011; Sani, 2011). Na adolescência, podem ocorrer situações de violência nas relações de intimidade, comportamentos antissociais e ofensa criminal (Fergusson & Horwood, 1998). As reações fisiológicas apresentadas na literatura, salientam o aumento do batimento cardíaco, da pressão sanguínea e alterações na atividade elétrica de pele (El-Sheikh, Harger & Whitson, 2001). Outras queixas psicossomáticas são usualmente, dores de cabeça, asma, náuseas, dores de estômago, diarreia, perturbações alimentares e alterações dos hábitos do sono que geralmente ocorrem numa fase pré-escolar (Cunningham & Baker, 2007).

Como já referido, o contexto onde comumente ocorrem os conflitos interparentais é no núcleo familiar, local onde deveria predominar a segurança e os afetos entre pais e filhos. No entanto, o que prevalece é um clima de insegurança, hostil e autoritário geralmente imposto por um dos progenitores (APAV, 2010). Viver num sistema familiar deteriorado e desorganizado pela violência interparental, gera insegurança nas crianças e jovens. Não obstante, esta violência pode afetar também as competências parentais, agravando assim, os efeitos negativos nestas crianças (Osofsky, 1999). Assim, torna-se fulcral que as crianças vítimas dos conflitos interparentais encontrem um suporte familiar e social, de forma a lidarem com os conflitos e a preservar a sua estabilidade emocional

(Davies & Cummings, 1994). Um dos fatores importante para a estabilidade positiva da criança e jovens é existir por parte de um dos progenitores ou de ambos, uma vinculação segura (Holden, et al., 1998; Levendosky & Graham-Bermann, 2000;) de forma a que estas adquiram um sentido positivo perante a vida (Sani, 2002).

Abordando o impacto da exposição aos conflitos interparentais, este não tem os mesmos efeitos em todas as crianças e jovens (Cummings, 1998). Este impacto pode variar de acordo com a idade, a fase de desenvolvimento e o temperamento das crianças (Baker & Cunningham, 2004). Algumas das variáveis que podem ajudar a explicar parte desta questão são as variáveis individuais, situacionais e contextuais. Estas variáveis podem ter uma ação dupla, ou seja, a mesma variável pode ter uma ação protetora ou de risco/vulnerabilidade nas crianças (Sani, 2004, 2006c).

As variáveis individuais fazem referência às características das crianças (e.g. género, idade, perceção e interpretação das crianças). As situacionais, estão relacionadas com as crianças e pais (e.g. práticas parentais, ajustamento materno, qualidade da relação pais-crianças) e as contextuais, estão relacionadas com os conflitos interparentais (e.g. frequência, intensidade, conteúdo e resolução dos conflitos) (Sani, 2006b).

Em relação à idade, o ajustamento das crianças pode ser afetado pela violência Interparental. Contudo, os efeitos desse impacto podem ser experienciados pelas crianças de formas diferentes, de acordo com a sua fase desenvolvimental (Cunningham & Baker, 2007). Por exemplo, as crianças em fase escolar podem se sentir mais culpadas e responsáveis pela ocorrência dos conflitos interparentais (Grych & Fincham 1990; 1992) e tentarem intervir nesses conflitos, no sentido de colocarem um fim aos mesmos (Sani, 2006b) em comparação com crianças mais novas. A variável género tem demonstrado algumas contradições na associação aos conflitos interparentais. Por exemplo, um estudo de David e Lindsay (2004) indicou que as raparigas apresentaram maior pontuação em problemas de internalização e menor vulnerabilidade, exibindo estados ansiosos em comparação com os rapazes que apresentaram maior pontuação para problemas de externalização (agressão). Quanto às variáveis perceção e interpretação elas têm sido consideradas como as principais na mediação entre o impacto da exposição à VIP e o ajustamento das crianças. A forma de como estas crianças e jovens percecionam e interpretam os conflitos interparentais, influenciará o seu ajustamento (Sani, 2006b; 2011).

No que concerne às variáveis situacionais, estas estão relacionadas com as competências e práticas educativas na relação pais-crianças. As dificuldades dos pais/cuidadores ao nível das suas competências parentais e práticas educativas podem transmitir insegurança nas crianças e estas sentem-se mais vulneráveis para lidar com as emoções originando problemas comportamentais (Davies & Cummings, 1994) e níveis baixos de empatia na relação com os pais (Margolin, Gordis & Oliver, 2004).

As variáveis contextuais contemplam quatro dimensões nos conflitos interparentais: a frequência, a intensidade, o conteúdo dos conflitos e a resolução dos mesmos. De acordo com o modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990) o impacto da exposição à violência interparental depende das variáveis de contexto, nomeadamente, da capacidade cognitiva das crianças na interpretação dos eventos e das estratégias para lidar com esses acontecimentos, dando ênfase à cognição das crianças. As crianças tendem a perceber os conflitos interparentais como ameaçadores, quando estes aumentam de frequência, intensidade e duração (Sani, 2002). Se as crianças e jovens perceberem que o conteúdo dos conflitos está relacionado com elas, estas podem se sentir responsáveis e culpadas pela ocorrência dos mesmos (Jourilles et al., 2000). No que concerne à resolução dos conflitos, quando estes são resolvidos na sua totalidade e de forma construtiva, podem servir como exemplo positivo para as crianças e jovens. Quando isso não acontece, as crianças e jovens podem se sentir desconfortáveis face aos mesmos (Cummings, Wilson & Shamir, 2003). Nesta perspetiva, o modelo de segurança-emocional é primordial, pois realça as emoções das crianças na compreensão dos conflitos interparentais no seu ajustamento (Davies & Cummings, 1994; 1998).

Quando as crianças e jovens experienciam ameaça, são ativados mecanismos de defesa (*coping*) que as ajudam a lidar com o stress vivenciado. Um fator pertinente na regulação emocional é a experiência afetiva das crianças e jovens com a(s) figura(s) de vinculação, através dos afetos e segurança que lhes são transmitidos (Cummings & Davies, 2011).

Neste enquadramento, é fundamental compreender as perceções das crianças face à violência interparental, de forma a contribuir para a prevenção deste fenómeno. Torna-se pertinente direccionar a avaliação e intervenção psicológica às crianças e jovens que vivenciaram ou vivenciam esta problemática, às suas famílias e comunidade onde se encontram inseridas (Olaya, Tarragona, Osa & Ezpeleta, 2008; Sani, 1999; 2002; 2011).

Assim, definimos como objetivo principal deste estudo analisar a percepção das crianças sobre a violência interpaparental.

Como objetivos específicos pretendemos:

- a) Avaliar as crenças das crianças sobre a violência interpessoal (E.C.C.V.);
- b) Verificar se existem diferenças ao nível das crenças em função do género;
- c) Avaliar as percepções das crianças sobre a violência interpaparental (C.P.I.C.);
- d) Verificar se existem diferenças na percepção da violência interpaparental em função do género.

A metodologia utilizada neste estudo empírico foi de cariz quantitativa, com a aplicação de dois instrumentos de autorrelatos, que nos permitiram avaliar as crenças e as percepções das crianças sobre esta problemática de uma forma descritiva-explicativa (Sani, 2006a; 2006b).

Método

Participantes

Neste estudo, recorremos a uma amostra de conveniência, recolhida de um colégio do Concelho de Aveiro. Participaram neste estudo 39 crianças, foram excluídos 4 alunos, 1 por não ter terminado o preenchimento de uma das escalas e 3 por não terem completado os 10 anos. A amostra final foi constituída por 35 crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos e a frequentarem o 2º Ciclo do Ensino Básico.

Crítérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão dos participantes neste estudo foram: ter idade superior a 9 anos, a participação de crianças do sexo masculino e feminino e a frequentar o 2º Ciclo do Ensino Básico. Como critérios de exclusão: crianças com dificuldades de leitura e escrita ou outros problemas patológicos que impedissem a resposta aos instrumentos e participantes que não tiveram o consentimento por parte dos pais.

Instrumentos

De forma a responder ao objetivo deste estudo, procedeu-se ao pedido de autorização dos instrumentos utilizados (ECCV e CPIC) ao autor que os desenvolveu para a população portuguesa (cf. Anexo 2). A Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V.), elaborada e validada por Sani (2003), que avalia as crenças das crianças sobre

a violência interpessoal e a Escala de Percepção da Criança sobre a Violência Interparental, traduzida e validada para a população portuguesa por Sani (2003), a partir da escala original, *Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC)* de Grych, Seid e Fincham (1992) e avalia as percepções das crianças acerca da violência interparental.

Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV)

A Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V.) pretende estimar as crenças que as crianças têm sobre a violência interpessoal. Apresenta-se num formato tipo Likert com 4 opções de resposta, 1 (não concordo), 2 (concordo pouco), 3 (concordo), e 4 (concordo muito). A escala é constituída por 32 itens, sendo que três itens são cotados de forma inversa. Os itens estão organizados em 4 fatores, o Fator 1) composto por 11 itens denominados Determinantes Socioculturais, o Fator 2) composto por 12 itens que correspondem a Determinantes Individuais, o Fator 3) composto por 6 itens relacionados a Determinantes Educativos e por último o Fator 4) composto por 3 itens ligados à Etiologia da Violência. A pontuação mínima da escala é de 32 e a máxima é de 128.

Escala de Percepção da Criança à Violência Interparental (CPIC)

A Escala de Percepção da Criança à Violência Interparental pretende avaliar as percepções e interpretações das crianças face aos conflitos interparentais. A escala é constituída por 48 itens com três opções de resposta, 2 (verdadeiro), 1 (pouco ou às vezes verdadeiro) e 0 (falso), numa escala de Likert, organizada em três escalas principais. A escala Propriedades do Conflito é composta por 19 itens, inclui aspetos sobre as características dos conflitos interparentais, em relação à intensidade, frequência e resolução do conflito. A escala Ameaça é composta por 12 itens referentes à percepção de ameaça e eficácia de coping, face aos conflitos. A escala Culpa, com 9 itens quanto à percepção de culpa e conteúdo dos conflitos. A CPIC contém também a dimensão triangulação que abrange os restantes 8 itens e diz respeito à probabilidade de envolvimento das crianças nos conflitos interparentais. A cotação da escala é feita somando os valores de cada item, exceto os itens 1, 2, 6, 9, 13, 17, 20, 23, 28, 30, 36, 39 e 47 em que a cotação é efetuada de forma inversa, variando 2 (falso), 1 (pouco ou às vezes verdadeiro) e 0 (verdadeiro). A pontuação mínima da escala é de 0 e a máxima de 96 pontos.

Qualidades psicométricas dos instrumentos

Aquando da validação da escala ECCV (Sani, 2003), os valores de alfa de Cronbach para os quatro fatores revelaram boas qualidades psicométricas [entre 54 e 77] e para o total da escala [.86]. Quanto as qualidades psicométricas da CPIC no estudo original (Grych et. al., 1992), verificam-se valores de alfa de Cronbach muito bons para as escalas propriedade dos conflitos (.90/.89), ameaça (.83/.83) e culpa (.78/.84), assim como no estudo português de Sani (2003) os valores obtidos corroboraram as qualidades do instrumento [no grupo I (propriedade dos conflitos (.89), ameaça (.80) e culpa (.71)].

Procedimentos

Para a realização deste estudo, foi enviado ao Conselho de Ética da Universidade de Aveiro os documentos obrigatórios para a aprovação e autorização do estudo, que resultou com um parecer positivo (Parecer nº 23/2018) (cf. Anexo 1).

Foi enviado também um pedido de autorização ao colégio em Aveiro (cf. Anexo 3) para realização do estudo do qual tivemos o aval positivo. Foram entregues os documentos para recolha de dados nomeadamente, um consentimento informado (cf. Anexo 4) aos pais das crianças a solicitar a sua autorização, colaboração e aceitação dos seus filhos no estudo e um questionário sociodemográfico (cf. Anexo 5). Neste questionário foi solicitado aos participantes que indicassem o sexo, a idade, o nível de escolaridade, a composição do agregado familiar, o estado civil dos pais e a sua profissão. Foram garantidos todos os procedimentos éticos de uma investigação científica.

A administração das escalas E.C.C.V. e C.P.I.C. decorreu durante o mês outubro, no início do ano letivo 2018/2019. A administração das escalas foi feita em dias distintos e por turmas (5ºA, 5ºB, 6ºA e 6B), com duração de 45 minutos, com aplicação em grupo e em sala de aulas extracurriculares para não perturbar o bom funcionamento dos serviços.

Resultados

Os dados foram tratados em SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), para a realização das análises estatísticas de acordo com os objetivos colocados.

Os resultados que serão apresentados serão seguidos da sua discussão.

Tabela 1. *Análise descritiva da amostra (N=35)*

Amostra	N = 35	%	Amostra	N = 35	%
Sexo			A residir com		
Masculino	16	45.7	Ambos os pais	30	85.7
Feminino	19	54.3	Só Mãe	3	8.6
Idade			Só Pai	0	0.0
10	15	42.9	Outro (progenitor/a; padrasto/a)	2	5.7
11	19	54.3	Estado civil dos pais		
12	1	2.9	Casados	28	80.0
Ano de escolaridade			União de facto	2	5.7
2º Ciclo do Ensino Básico	35	100	Divorciados	5	14.3
Irmãos			Viúvo/a	0	0.0
Sem irmãos	21	60.0	Ocupação dos pais		
Com irmãos	14	40.0	Ativo	35	100

Como podemos verificar na Tabela 1, a amostra foi constituída por 35 crianças (N=35), dos quais 16 (45.7%) eram do sexo masculino e 19 (54.3%) do sexo feminino. Os participantes tinham uma média de idade (M=10,60; DP=.553). Destas crianças, 15 tinham 10 anos (42.9%), 19 tinham 11 anos (54.3%) e 1 tinha 12 anos (2.9%). As crianças encontravam-se a frequentavam o 2º Ciclo do Ensino Básico. No que concerne aos dados familiares, 21 (60%) dos alunos não tinham irmãos/as em comparação com os restantes 14 (40%) que viviam com pelo menos um irmão/a. A maioria destas crianças vivia com ambos os pais (85.7%). Em relação ao estado civil dos pais 28 (80%) estavam unidos pelo casamento, 2 (5.7%) em união de facto e divorciados 5 (14.3%). Todos pais/cuidadores exerciam uma atividade profissional.

Tabela 2: Estatística descritiva dos itens da ECCV (N=35)

Itens	Mín.	Máx.	M	DP	Itens	Mín.	Máx.	M	DP
Item 1	1	4	3,14	,879	Item 17	1	3	1,26	,505
Item 2	1	4	2,40	,976	Item 18	1	3	1,34	,591
Item 3	1	4	2,17	1,12	Item 19	1	4	2,63	1,06
Item 4	1	3	1,20	,473	Item 20	1	4	2,17	1,04
Item 5	1	4	1,43	,739	Item 21	1	4	1,46	,817
Item 6	1	4	2,31	1,18	Item 22	1	3	1,49	,658
Item 7	1	4	1,91	1,06	Item 23	1	4	1,37	,808
Item 8	1	4	2,03	1,01	Item 24	1	4	2,03	1,15
Item 9	1	4	2,54	,919	Item 25	1	3	1,23	,547
Item 10	1	4	1,77	1,00	Item 26	1	4	1,46	,886
Item 11	1	4	1,34	,684	Item 27	1	4	1,83	,822
Item 12	1	3	1,43	,655	Item 28	1	4	1,37	,690
Item 13	1	4	1,46	,741	Item 29	1	4	1,46	,852
Item 14	1	4	1,37	,770	Item 30	1	4	2,29	,926
Item 15	1	4	2,03	,985	Item 31	1	4	1,46	,701
Item 16	1	4	2,06	,906	Item 32	1	4	1,80	1,05

Através da análise descritiva dos itens da ECCV, verificamos que a maioria das respostas dos participantes corresponderam a 1 (não concordo), numa escala com 4 opções de resposta. A média global da escala ECCV foi de (M = 57,23) e com um desvio-padrão (DP = 10,75). Se dividirmos o valor médio da escala pelos 32 itens obtemos um resultado médio de 1,78. Assim, podemos afirmar que a maioria dos participantes não apresenta crenças irracionais sobre a violência interpessoal. Foi também possível analisar algumas exceções aos itens desta escala, nomeadamente nos itens 1, 9 e 19 que fazem parte do fator 2. E os itens 3, 27 e 32 que constituem o fator 4, relacionados com a etiologia da violência (cf. Tabela 2).

Tabela 3: Estatística descritiva dos Fatores da ECCV

	M	DP	Mín.	Máx.
ECCV	57,23	10,75	40	80
Fator 1 Determinantes Socioculturais	16,45	4,21	11	27
Fator 2 Determinantes Individuais	26,00	4,88	16	35
Fator 3 Determinantes Educativos	8,97	2,56	6	16
Fator 4 Etiologia da Violência	5,80	2,12	3	11

No que concerne ao fator 1 da ECCV, este está ligado a determinantes socioculturais envolvendo assimetrias históricas e culturais sobre a legitimação da violência. No geral, as respostas das crianças aos itens deste fator apresentaram uma discordância total. A média e o desvio padrão deste fator foi de (M=16,45; DP=4,21). O valor mínimo pontuado pelas crianças foi de 11 e o máximo de 27, ficando distante do valor extremo deste fator que se situa em 44 pontos (cf. Anexo 6 e Tabela 3).

O fator 2, está associado a determinantes individuais, diz respeito a motivos pessoais, patológicos e comportamentais como forma de desculpabilizar o/a agressor/a. Os resultados neste fator foram mais diversificados, com respostas de 1 (não concordo) e 4 (concordo muito). A média e o desvio padrão neste fator foi de (M=26,00; DP=4,88). Averiguámos algumas exceções aos itens deste fator nomeadamente nos itens 1, 9 e 19. No item 1 as respostas corresponderam a 3 (concordo, n=14) (40%) e 4 (concordo muito, n=14) (40%). A média foi de (M=3,14) e o desvio padrão de (DP=0,879). A concordância a este item indica que, para a ocorrência da violência tem que existir um motivo. Para o item 9 as respostas situaram-se em 3 (concordo, n=11) (31.4%) e 4 (concordo muito, n=6) (17.1%), com média e desvio padrão de (M=2,54; DP=.919). Este item, alega que a violência se deve a causas externas, como por exemplo, o álcool é responsável pela ocorrência da violência. Por fim, o item 19 obteve respostas de 3 (concordo, n=10) e 4 (concordo muito, n=9), com média e desvio padrão de (M=2,63; DP=1.06). Este item, indica que a violência deve ser mantida em segredo e resolvida em casa. No que concerne ao valor mínimo e máximo deste fator (entre 12 e 48), o mínimo pontuado pelos participantes foi de 16 e o máximo de 35 (cf. Anexo 7 e Tabela 3).

O fator 3, está ligado a determinantes educativos, nomeadamente à punição e educação das crianças na escola e/ou em casa. A maioria das respostas corresponderam a 1 (não concordo). A média e desvio padrão situou-se em (M=8,97; DP=2,56). O valor mínimo deste fator pontuado pelos participantes foi de 6 e o máximo de 16, ficando distante do valor máximo deste fator (24) (cf. Anexo 8 e Tabela 3).

Relativamente ao fator 4 ou Etiologia da violência, que está relacionado com as crenças sobre a origem da violência. Os motivos que legitimam a violência estão associados a aspetos biológicos (a violência é aprendida) e aspetos psicossociais (desigualdades entre as pessoas). Verificamos que os participantes concordaram com as afirmações deste fator. As respostas rondaram o 3 (concordo, n=14) e o 4 (concordo muito, n=14). Para todos os itens deste fator a percentagem de concordância total foi igual ou superior a (40.0%). O mínimo obtido para este fator foi de 3 e o máximo de 11, sendo

o extremo para este fator de 12. Este resultado explica a uma concordância parcial e total dos participantes aos seus itens da etiologia da violência (cf. Anexo 9 e Tabela 3).

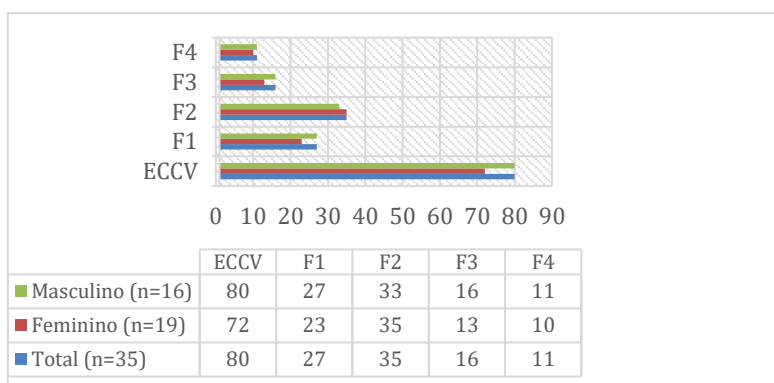


Figura 2: Valores máximos obtidos na escala total ECCV e os 4 Fatores

Na figura 2, podemos verificar os valores máximos obtidos para o total da ECCV e para os 4 fatores. Para o total da ECCV, obteve-se um mínimo de 40 e um máximo de 80 pontos, numa escala com um mínimo de 32 e um máximo de 128 valores. Foi possível averiguar que, em relação ao género, o sexo masculino obteve no geral valores máximos superiores ao sexo feminino, com exceção do fator 2. Contudo, a diferença destes valores máximos não é assim tão distinta como se pode verificar (cf. Figura 2).

De forma a apurarmos possíveis diferenças em relação ao género, na forma de pensar sobre a violência interpessoal, recorremos ao teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S). Os resultados sugeriram que as variáveis em estudo (crenças como variável dependente e o género, como variável independente) seguiam uma distribuição normal, com valores de significância superiores a $p > .05$, não permitindo rejeitar H_0 .

Tabela 4: Teste T Student para comparação diferenças de género (n=35)

	Género	N	Média	D.P	T	Gl	p
ECCV	Masculino	16	60,56	9,99	1,731	33	.093
	Feminino	19	54,42	10,82			
Fator 1	Masculino	16	17,75	4,43	1,714	33	.096
	Feminino	19	15,36	3,78			
Fator 2	Masculino	16	27,25	3,58	1,462	31	.154
	Feminino	19	24,94	5,64			
Fator 3	Masculino	16	9,87	2,96	1,998	33	.054
	Feminino	19	8,21	1,93			
Fator 4	Masculino	16	5,68	2,30	-.283	33	.779
	Feminino	19	5,89	2,02			

Considerando os resultados obtidos (cf. Tabela 4), verificamos que os participantes do sexo masculino apresentam uma média superior ao sexo feminino na escala global. Nos fatores 1, 2 e 3 as médias foram ligeiramente superiores para o sexo masculino, exceto no fator 4. Verificamos também que o fator 2, apresentou médias superiores em relação aos restantes fatores. Neste mesmo fator, o sexo masculino obteve uma média e desvio padrão (M=27,25; DP=3,58) superiores ao sexo feminino (M=24,94; DP=5,64). Contudo, estas diferenças não são estatisticamente significativas para um nível de significância de $p < .05$.

Tabela 5: *Correlações r de Pearson da ECCV e Fatores*

Correlação de Pearson r	ECCV	Fator 1	Fator 2	Fator 3
Fator 1	,919**			
Fator 2	,893**	,739**		
Fator 3	,468**	,350*	,223	
Fator 4	,623**	,550**	,487**	-,044

$p < .01$ ** $p < .05$ *

As correlações entre o total da escala ECCV e os 4 fatores, no geral foram positivas, de moderadas a fortes. Em relação aos 4 fatores, as correlações foram positivas e no geral moderadas e em algumas situações, fracas. Exemplificando, o fator 3 teve uma correlação fraca com o fator 1 ($r=.350$) e não se correlacionou com os fatores 2 e 4. O fator 2 teve uma correlação forte com o fator 1 ($r=.73$; $p=.000$) (cf. Tabela 5).

Tabela 6: Estatística descritiva para os itens da CPIC (N=35)

CPIC	Média	D. Padrão	CPIC	Média	D. Padrão
1	1,14	,601	25	,20	,473
2	,23	,598	26	,40	,604
3	,34	,539	27	,46	,701
4	,51	,702	28	,49	,612
5	,97	,707	29	,66	,684
6	,83	,857	30	,80	,759
7	1,26	,701	31	,74	,657
8	,40	,651	32	,86	,772
9	,91	,781	33	,91	,919
10	,80	,759	34	,91	,781
11	,34	,482	35	,34	,684
12	1,03	,822	36	,54	,701
13	,71	,622	37	,29	,572
14	1,03	,785	38	,26	,611
15	,26	,561	39	,26	,505
16	1,26	,852	40	,86	,879
17	,91	,781	41	,14	,355
18	,46	,657	42	,14	,430
19	,69	,758	43	,20	,531
20	,37	,646	44	,74	,817
21	,51	,702	45	1,11	,867
22	,49	,612	46	,29	,458
23	,91	,853	47	,54	,780
24	1,23	,877	48	,69	,718

Como podemos verificar na tabela 6, a maioria dos itens da CPIC, têm uma média situada em 0, numa escala com 3 opções de resposta. A média da CPIC foi de (M=30.43) e desvio-padrão de (DP= 13.01) (cf.Tabela 7). Porém, é necessário fazer uma análise às subescalas da CPIC, para compreendermos quais as avaliações dos participantes face aos conflitos interparentais.

Tabela 7: *Análise descritiva da CPIC e subescalas*

	N	Média	DP	Mín	Máx.
CPIC	35	30.43	13.01	6	60
Intensidade	35	3.91	2.93	0	10
Frequência	35	3.69	2.45	0	9
Resolução	35	1.97	2.05	0	7
Ameaça Percebida	35	6.63	3.53	0	12
Eficácia no Coping	35	5.06	2.83	0	11
Culpa	35	2.46	2.11	0	7
Conteúdo	35	1.80	1.68	0	6
Triangulação	35	4.91	2.23	1	10

Como foi referido no parágrafo anterior, a média e desvio para o total da CPIC foi de (M=30,43; DP=13,01). Os valores máximos pontuados na escala global CPIC, para o total dos participantes foi de 6 valores mínimos e 60 máximos, numa escala com valor mínimo de 0 pontos e 96 máximos. Uma pontuação elevada indica percepções distorcidas sobre o fenómeno da violência interparental.

Para as três subescalas que contemplam a escala principal (propriedades dos conflitos) obtiveram-se médias e desvios padrão de (M=3.91; DP= 2.93) na subescala intensidade, para a subescala frequência os valores foram de (M=3.69; DP= 2.45) e de (M=1,97; DP= 2.05) para a resolução. O mínimo obtido nas subescalas foi de 0 e o máximo de 10 para a intensidade, 9 para a frequência e 7 para a resolução (cf. Tabela 7 e Anexo 10).

A subescala ameaça percebida obteve uma média e desvio padrão de (M=6,63; DP= 3,53) e de (M=5,06; DP= 2,83) para a subescala eficácia no *coping*. O valor mínimo das subescalas foi de 0 e o máximo de 12 para a ameaça percebida e de 11 para a eficácia no coping. Ambas as subescalas pertencem à escala principal ameaça. Se somarmos os valores extremos de ambas as subescalas (ameaça percebida e eficácia no coping) obtemos um valor máximo de 23 pontos, muito próximo do extremo da escala principal (de 24 pontos). Este resultado sugere que, quando as crianças avaliam os conflitos

interparentais como ameaçadores, as crianças sentem medo, preocupação sobre o que lhes pode acontecer de mau, ansiedade de separação e consequentemente dificuldades em utilizarem estratégias de *coping* para fazer frente os mesmos (cf. Tabela 7 e Anexo 10).

Relativamente à escala principal culpa, obtiveram-se médias e desvios padrão de (M=2,46; DP=2,11) para a perceção de culpa e (M=1,80; DP=1,68) para o conteúdo. Os valores mínimos das subescalas situaram-se em 0 e um máximo de 7 para a perceção de culpa e 6 para a subescala conteúdo. A soma de ambas as subescalas, perfaz um valor máximo de 13 pontuados pelos participantes, valor relativamente próximo do extremo da escala principal culpa (18). Uma pontuação próxima do extremo da escala indica que, as crianças face aos conflitos interparentais, podem-se sentir responsáveis pela ocorrência dos mesmos e/ou quando percebem que o conteúdo dos mesmos são elas (cf. Tabela 7 e Anexo 10).

Para a dimensão triangulação, a média foi de (M=4,91) e o desvio padrão de (DP=2,23). A pontuação mínima obtida foi de 1 e um máximo de 10, valor relativamente próximo do extremo desta dimensão (16). Uma pontuação elevada indica a probabilidade da criança intervir nos conflitos interparentais (cf. Tabela 7 e Anexo 10).

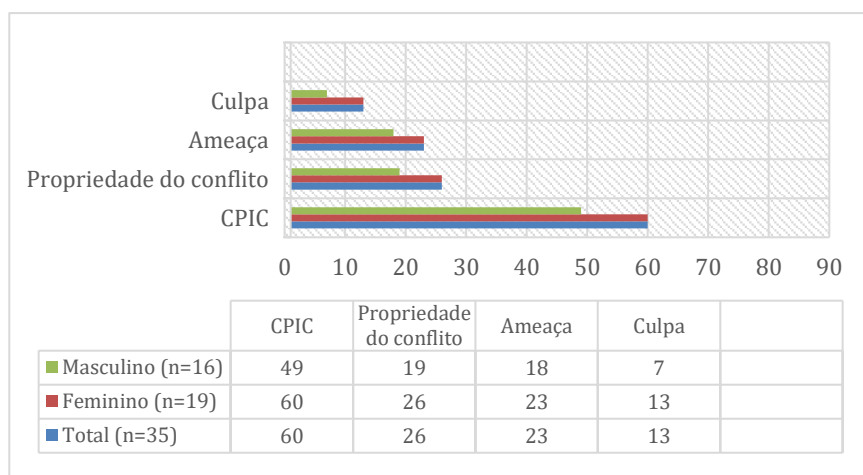


Figura 3: Valores máximos obtidos nas respostas dos participantes à CPIC e subescala

Em relação ao género, a figura 3 ilustra os valores máximos obtidos para o total da CPIC e para as três principais escalas (propriedade do conflito, ameaça e culpa). O sexo masculino obteve no geral valores máximos inferiores ao sexo feminino nestas escalas.

Na escala ameaça, o sexo feminino obteve um valor máximo de 23 pontos, ficando muito próximo do total da escala que é de 24 pontos, em comparação com o sexo feminino

que obteve um valor de 18 pontos. Este resultado parece indicar que as raparigas sentem mais ameaça medo em relação aos rapazes no que diz respeito aos conflitos interparentais.

Assim, para averiguarmos a existiam diferenças na perceção da violência interparental em relação ao género recorremos ao teste não paramétrico *Mann-Whitney-U* por não se tratar de uma distribuição normal dos dados em estudo.

Tabela 8: Resultados do Teste de diferenças Mann Whitney-U

	Género	N	Ranks médios	U	p
CPIC	Masc.	16	17.16	138.500	.654
	Fem.	19	18.71		
Intensidade	Masc.	16	17.63	146.000	.841
	Fem.	19	18.32		
Frequência	Masc.	16	17.03	136.500	.604
	Fem.	19	18.82		
Resolução	Masc.	16	18.56	143.000	.760
	Fem.	19	17.53		
Ameaça percebida	Masc.	16	17.19	139.000	.665
	Fem.	19	18.68		
Eficácia coping	Masc.	16	16.78	132.500	.515
	Fem.	19	19.03		
Culpa	Masc.	16	16.31	125.000	.364
	Fem.	19	19.42		
Conteúdo	Masc.	16	17.50	144.000	.786
	Fem.	19	18.42		
Triangulação	Masc.	16	22.09	86.5000	.028
	Fem.	19	14.55		

O teste de diferenças para o total da CPIC indicou valores superiores para o sexo feminino em comparação com o sexo masculino, contudo estas diferenças não foram estatisticamente significativas para um nível de significância de $p < .05$.

Analisando as subescalas intensidade e frequência o sexo feminino teve um rank médio superior ao sexo masculino, o contrário verifica-se na subescala resolução. O valor p para as três subescalas não se revelou significativo.

Nas subescalas ameaça percebida e eficácia no *coping*, verifica-se que o sexo masculino teve uma pontuação superior em ambas as subescalas, mas sem evidências significativas.

Na dimensão culpa com as subescalas perceção de culpa e conteúdo, o sexo feminino teve uma pontuação superior ao sexo masculino, mas não se revelaram significativas.

Na dimensão triangulação, o sexo masculino teve uma pontuação superior (Mdn=22.09) relativamente ao sexo feminino (Mdn=14.55), com um alfa estatisticamente significativo ao nível de $p < .05$ ($U=86.500$, $p=.028$) o que significa que o sexo masculino tem uma probabilidade maior em intervir nos conflitos interparentais (cf. Tabela 8).

Tabela 9: Correlações de Spearman entre as escalas da CPIC e subescalas

Spearman's rho	1	2	3	4	5	6	7	8
1 Intensidade								
Prop. Conflito 2 Frequência	,591**							
3 Resolução	,578**	,373*						
Ameaça 4 Ameaça perc.	,446**	.289	.196					
5 Eficácia <i>coping</i>	,458**	,339*	,497**	.217				
Culpa 6 Culpa	,350*	,356*	.305	.131	.203			
7 Conteúdo	.258	,412*	.299	.179	.063	,570**		
8 Triangulação	.306	.302	.293	.290	.108	.143	.165	
<i>p</i> <.01**		<i>p</i> <.05*						

Analisando a tabela 9, as subescalas intensidade e frequência obtiveram uma correlação positiva e moderada ($r_s=.59$), exceto na subescala resolução, que teve uma correlação positiva, mas fraca com a subescala frequência ($r_s=.37$).

As subescalas, percepção de ameaça e eficácia no coping não se correlacionaram entre si. Porém, ambas as subescalas, a ameaça percebida e a eficácia no *coping* tiveram correlações positivas e moderadas com a subescala intensidade. Para a ameaça percebida e intensidade ($r_s=.44$) e para a eficácia no *coping* e intensidade ($r_s=.45$).

A subescala eficácia no *coping* obteve uma correlação positiva e moderada com a subescala resolução ($r_s=.49$) e fraca com a subescala frequência ($r_s=.33$).

Quanto a subescala conteúdo, esta correlacionou-se moderadamente com percepção de culpa ($r_s=.57$) e fraca com a subescala frequência ($r_s=.41$).

A percepção de culpa correlacionou-se de forma positiva e fraca com as subescalas intensidade ($r_s=.35$) e frequência ($r_s=.35$). A dimensão triangulação não se correlacionou com nenhuma das subescalas.

Discussão

A presente dissertação teve como objetivo principal, compreender a percepção das crianças sobre a violência interparental. As percepções distorcidas sobre este tipo de violência podem, em algumas situações, levar à sua aceitação, à sua desculpabilização e até a ser vista como algo de normal. O impacto da violência interparental, pode originar problemas de internalização e externalização nas crianças e jovens (Grych, et. al., 1990; 1992; 2000).

A escala ECCV que avalia as crenças sobre a violência interpessoal, ajudou-nos a perceber neste estudo, que a maioria das crianças não parece apresentar crenças errôneas sobre este fenómeno. Porém, verificaram-se algumas exceções aos itens desta escala que podem ser consultados nas tabelas 2 e 3. A violência é percebida como algo de errado e que não deve ser aceite, nomeadamente no que se refere a determinantes socioculturais e históricos (Casique & Furegato, 2006; OMS, 2012).

No que concerne a determinantes individuais as respostas dos participantes foram diversificadas. Algumas exceções aos itens alegam, motivos pessoais para a ocorrência da violência “*para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo*” razões ou causas externas “*o álcool é responsável pela violência das pessoas*” desculpabilizando o/a agressor/a (Caridade, 2011) ou outras razões “*quando a violência ocorre em casa é dentro de casa que tem que ser resolvida. Ninguém deve meter-se*” desvalorizando a violência (Machado, Matos & Gonçalves, 2006).

Comparativamente aos determinantes educativos, algumas crianças concordam que os pais podem usar a violência como forma de corrigir os seus filhos “*quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem*”. Por vezes, educar de modo autoritário pode seguir um rumo de algo que é normativo e aceitável (UNICEF, 2007).

Na etiologia da violência, a maioria das crianças concordou com as afirmações aos itens, ou seja, a violência é uma questão de exercer poder e controlo, de desigualdades e pode ser aprendida. Este resultado pode ter génese no senso comum ou com padrões tradicionais que se mantêm no presente (OMS, 2012; Sani, 2006b).

Em conclusão e respondendo à alínea (a) as crianças deste estudo não apresentam no geral, crenças irracionais quanto à violência interpessoal. No que concerne ao género e a sua forma de pensar sobre a violência, não existem diferenças estatisticamente significativas (alínea b).

Em relação às percepções sobre a violência interparental, a escala CPIC, permitiu uma análise mais detalhada sobre este fenómeno. A maioria das crianças não apresenta percepções disfuncionais face aos conflitos interparentais. Verificam-se, no entanto, algumas exceções aos itens da escala, relacionados com a escala ameaça (ameaça percebida e eficácia no *coping*).

A literatura refere que, quanto mais intensos e frequentes forem os conflitos interparentais, as crianças tendem a percecioná-los como mais ameaçadores (Davies & Cummings, 1998). Verificamos que, a maioria das respostas aos itens da subescala ameaça percebida, foram de concordância, com percentagens entre 31.4% a 51.4%. As reações das crianças à escala (ameaça) indicam medo “*fico assustado/a quando os meus pais discutem*” e “*quando os meus pais discutem tenho medo que eles também possam gritar comigo*”, preocupação “*quando os meus pais discutem eu preocupo-me sobre o que me acontecerá*”, “*quando os meus pais discutem tenho medo que algo mau possa acontecer*” e “*quando os meus pais discutem preocupo-me que um deles saia magoado*” e ansiedade de separação “*quando os meus pais discutem preocupa-me que eles possam divorciar-se*” (Baker & Cunningham, 2005; Sani, 2002, 2011). Algumas crianças podem sentir dificuldades em lidar com os conflitos interparentais “*eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões*” (45.7%).

Analisando a percepção de culpa dos participantes aos conflitos interparentais, (25.7%) das crianças responderam 0 (falso) em relação à frase “*não me culpo quando os meus pais têm discussões*”, ou seja, algumas crianças sentem-se culpadas pelos conflitos. De facto, quando as crianças percebem que fazem parte do conteúdo dos conflitos interparentais, experienciam sentimentos de responsabilidade e culpa pela ocorrência dos mesmos (Grych & Fincham, 1990; 1992).

Na dimensão triangulação, a probabilidade das crianças intervir nos conflitos interparentais foi significativa, nomeadamente no sexo masculino. A afirmação ao item 12, evidência essa realidade “*quando os meus pais discutem eu tento fazer algo para pará-los*” (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990).

Em geral, e respondendo à alínea (c) as crianças deste estudo não apresentam no geral, percepções disfuncionais sobre a violência interparental. Quanto à alínea (d) não podemos concluir que existem diferenças estatisticamente significativas em relação ao género.

Conclusão

O presente estudo apresentou várias limitações, pela utilização de uma só amostra e de conveniência. Pela falta de informação sobre possíveis crianças em situações de risco. Algumas crianças tiveram dificuldades na compreensão de algumas frases/palavras nas respostas às escalas utilizadas, pelo que foi necessário a ajuda da investigadora, o que pode ter interferido nos resultados. Este estudo teria sido mais enriquecedor, se tivesse um grupo de comparação para uma melhor compreensão sobre esta problemática.

Embora os resultados deste estudo não sejam estatisticamente significativos quanto as crenças e perceções sobre a violência interparental, a realidade é que algumas crianças evidenciaram algumas crenças, medo, preocupação, ansiedade de separação e culpa aquando da análise aos itens da escala ECCV e CPIC.

Este estudo foi pertinente na medida em que um permitiu através das escalas ECCV e CPIC, perceber se alguma criança se encontrava em situação de risco no que concerne à violência interpessoal e interparental. Por vezes, é em contexto escolar que as crianças dão sinais de dificuldades e/ou problemas (de atenção e concentração reduzida, ansiedade, medo e comportamentos agressivos/desviantes) e que podem estar associados com estes dois tipos de violência. O auxílio do psicólogo escolar na identificação/sinalização de crianças e jovens em situações de risco é fulcral, pois permite implementar programas de intervenção para proteger as crianças e jovens e ajudar na desconstrução de possíveis crenças e perceções disfuncionais sobre a violência de modo a lidarem com a mesma.

Referências bibliográficas

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2010). *Manual alcipe. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. (2ª Ed) Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011). *Manual crianças e jovens vítimas de violência: Compreender, intervir e prevenir*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2015). *Violência doméstica*. Retrieved from [https:// apav. pt/apav _v3/images /folhas_ informativas /fi_ violencia_domestica.pdf](https://apav.pt/apav_v3/images/folhas_informativas/fi_violencia_domestica.pdf).
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2017). *Folhas informativas*. Retrieved from https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/folhas-informativas.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2018). *Estatísticas APAV*. Retrieved from https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas-APAV-Relatorio-Anual-2017.pdf.
- Baker, L.L. & A.J. Cunningham (2004). *Helping children thrive. Supporting woman abuse survivors as mothers*. Retrieved from [http:// www.lfcc.on.ca/wp-content/uploads/2017/02/Helping-Children-Thrive-Supporting-Woman-Abuse-Survivors-as-Mothers_-A-Resource-to-Support-Parenting.pdf](http://www.lfcc.on.ca/wp-content/uploads/2017/02/Helping-Children-Thrive-Supporting-Woman-Abuse-Survivors-as-Mothers_-A-Resource-to-Support-Parenting.pdf).
- Baker, L.L. & Cunningham, A. J. (2005). *Learning to listen, learning to help: Understanding woman abuse and its effects on children*. Retrieved from https://www.collectionscanada.gc.ca/obj/g4/11/1895953286_5865st.pdf.
- Bronfenbrenner, U. (1992). Teoria dos sistemas ecológicos. In R. Vasta (Ed.). *Seis teorias do desenvolvimento infantil: formulações revisadas e questões atuais* (pp. 187-249). Londres, Inglaterra: Jessica Kingsley Publishers.
- Caridade S. (2011). *Vivências Íntimas Violentas: Uma Abordagem Científica*. Coimbra: Edições Almedina. ISBN 978-972-40-4576-4.
- Casique, L. C. & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: Reflexões teóricas. *Rev. Latino-am.* http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt_v14n6a18.pdf
- Cummings, E. M. (1998). Children exposed to marital conflict and violence: Conceptual and theoretical directions. In G. W. Holden, R. A. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 55-93). Washington: American Psychological Association.

- Cummings, E. M., Wilson, J., & Shamir, H. (2003). Reactions of Chilean and US children to marital discord. *International Journal of Behavioral Development*, 27(5), 437-444.
- Cummings, E. M. & Davies, P. T. (2011). *Marital conflict and children. An emotional security perspective*. New York, NY: Guilford Press.
- Cunningham, A. & Baker, L. (2007). *Little eyes, little ears: How violence against a mother shapes a children as they grow*. Retrieved from <https://www.canada.ca/content/dam/phac-aspc/migration/phac-aspc/sfv-avf/sources/fem/fem-2007-lele-pypo/pdf/fem-2007-lele-pypo-eng.pdf>.
- David, P. T., & Lindsay, L. L. (2004). Interparental conflict and adolescent adjustment: Why does gender moderate early adolescent vulnerability? *Journal of Family Psychology*, 18(1), 160-170.
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116(3), 387-411.
- Davies, P. T & Cummings, E. M (1998). Exploring children's emotional security as a mediator of the link between marital relations and child adjustment. *Child Dev.* 69(1):124-39.
- Direção Geral de Saúde [DGS]. (2014). *Violência Interpessoal: abordagem, diagnóstico, e Intervenção nos serviços de saúde*. Lisboa. Retrieved from <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/violencia-interpessoal-abordagem-diagnostico-e-intervencao-nos-servicos-de-saude.aspx>.
- El-Sheik, M., Harger, J., & Whitson, S. M. (2001). Exposure to interparental conflict and children's adjustment and physical health: the moderating role of vagal tone. *Child Development*, 72(6), 1617-1636.
- Fergusson, D. M. & Horwood, J. L. (1998). Exposure to interparental violence in childhood and psychosocial adjustment in young adulthood: *Child Abuse & Neglect*, 1998; 22: 339-357.
- Garcia, j., Mesa, C. & Vila, D. (2013). A intervenção com crianças vítimas de violência doméstica interparental em Aragão (Espanha). Resposta judicial e assistência social integrada, *e-cadernos ces*. Consulted 13.07.2018. Retrieved from <http://journals.openedition.org/eces/1690>.
- Graham-Bermann, S. A., & Levendosky, A., A. (1998). The social functioning of preschool-age children whose mothers are emotionally and physically abused. *Journal of Emotional Abuse*, 1, 59-84.

- Grych, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: a cognitive contextual framework: In *Psychological Bulletin*, 108, pp. 267-290.
- Grych, J. H., Seid, M. & Fincham, F. D. (1992). Assessment marital conflict from the child's perspective: The children's perception of interparental conflict scale. *Child Dev*;63(3):558-72.
- Grych, J. H., Jouriles, E. N., Swank, P. R., McDonald, R. & Norwood, W. D. (2000). Patterns of adjustment among children of battered woman: In *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68, pp. 84-94.
- Heise, L. L. (1998). Violence against women: an integrated ecological framework. *Violence Against Women*, 4, 262-290.
- Holden, G. W., Stein, J. D., Ritchie, K. L., Harris, S. D., & Jouriles, E. N. (1998). Parenting behaviors and beliefs of battered women. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues* (pp. 289-334). Washington, DC: American Psychological Association.
- Iraurgi, I., Martínez Pampliega, A., Iriarte, L., & Sanz, M. (2011). A cognitive-contextual framework of the marital conflict and children's adjustment. *Anales De Psicología / Annals of Psychology*, 27(2), 562-573. Retrieved from <http://revistas.um.es/analesps/article/view/123211>.
- Jouriles, E. N., Spiller, L. C., Stephens, N., McDonald, R., & Swank, P.(2000). Variability in adjustment of children of battered women:The role of child appraisals of interparent conflict.*Cognitive Therapy & Research*, 24(2),233-249
- Levendosky, A. A., & Graham-Bermann, S. A. (2000). Behavioral observations of parenting in battered women. *Journal of Family Psychology*, 14, 80-94.
- Machado, C.; Matos, M. & Gonçalves, M. (2006) - Manual da escala de crenças sobre Violência conjugal (E.C.V.C.) e do inventário de violência conjugal (I.V.C.). Escalas de avaliação e manual. Departamento de psicologia da Universidade do Minho. Braga: Psiquilíbrios.
- Margolis G. (1998). Effects of domestic violence on children. In P. K. Trickett & C. J. Schellenbach (Eds.), *Violence against children in the family and the community* (pp. 57–101). Washington, DC: American Psychological Association.
- Margolin, G. & Gordis, E. B. (2000). The effects of family and community violence on children. In *Annual Review of Psychology*, 51, pp. 445-479.

- Margolin, G., Gordis, E., & Oliver, P. (2004). Link between marital and parent-child interactions: Moderating role of husband-to-wife aggression. *Development and Psychopathology*, 16, 753-771.
- Milani, G. R., & Loureiro, R. S. (2008). Famílias e violência doméstica: Condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 28(1), 50-67.
- Olaya, B., Tarragona, M. J. Osa, N. & Ezpeleta, L. (2008). Protocolo de evaluación de niños y adolescentes víctimas de la violencia doméstica. *Papeles del Psicólogo*. 29 (1), 123-135.
- Organização Mundial de Saúde (2012). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência. Organização Pan Americana da Saúde. ISBN 978-92-75-71635-9.
- Osofsky, J. D. (1995). Children who witness domestic violence: The invisible victims. *Society for Research in Child Development*, 9(3), 1-16.
- Osofsky, J. D. (1998). Children as invisible victims of domestic and community violence. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.). *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 95-117). Washington, DC: American Psychological Association.
- Osofsky, J. (1999). The impact of violence on children. *The Future Children*, 9(3), 33-49.
- Sani, A. I. (1999). As vítimas silenciosas: a experiência de vitimação indireta nas crianças, in *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, pp. 247-257.
- Sani, A. I. (2002). *As crianças e a violência. Narrativas de crianças e testemunhas de crimes*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sani, A. I. (2003). *As Crianças, o discurso e a ação: As construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- Sani, A. I. (2004). Abordagens teóricas da violência interparental: Compreensão do ajustamento da criança ao conflito dos pais. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 153-177.
- Sani, A. I. (2006a). Escala de percepções da criança sobre os conflitos interparentais. In: C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Org.). *Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: formas e contextos*. Braga: Psiquilibrios, pp. 577-588.

- Sani, A. I. (2006b). Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV). In: C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Org.). *Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: formas e contextos*. Braga: Psiquilibrios, pp. 917-926.
- Sani, A. I. (2006c). As variáveis mediadoras do impacto na criança da exposição à violência interpaparental. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 11(2), 111-133.
- Sani, A. I. (2011). *Crianças vítimas de violência: representações e impacto do*
- Sanmartín, J. (2007). Qué es violencia? Una aproximación al concepto y a la clasificación de la violencia. *Revista de Filosofía*, nº 42, 2007, 9-2.
- United Nations Children's Fund [UNICEF]. (2017). *A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents*. New York. Retrieved from https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf.
- World Health Organization [WHO]. (1996). *Prevention of violence: public health priority*. (WHA 49,25). Geneva. Retrieved from http://www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/en/WHA4925_eng.pdf.
- World Health Organization [WHO]. (2002). *World report on violence and health*. Geneva Retrieved from <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615eng.pdf;jsessionid=033d5c386f817db6d48aaec19930a5b5?sequence=1>.
- World Health Organization [WHO]. (2014). *Global Status Report on Violence Prevention*. Geneva. Retrieved from http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/report/Narrative.pdf?ua=1.
- World Health Organization [WHO]. (2016). *Global plan of action to strengthen the role of the health system within a national multisectoral response to address interpersonal violence, in particular against women and girls, and against children*. Geneva. Retrieved from <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/global-plan-of-action/en/>.

Anexos

1. Parecer positivo do Conselho de Ética
2. Autorização para utilização das escalas ECCV e CPIC
3. Carta dirigida à coordenadora do Colégio em Aveiro
4. Consentimento informado
5. Questionário Sociodemográfico
6. Resposta dos participantes ao Fator 1 - Determinantes Socioculturais
7. Respostas dos participantes ao Fator 2 - Determinantes Individuais
8. Respostas dos participantes ao Fator 3 - Determinantes Educativos
9. Respostas dos participantes ao Fator 4 – Etiologia da Violência
10. Respostas dos participantes à CPIC e subescalas

Anexo 1 - Parecer positivo do Conselho de Ética

conselho de ética e deontologia

universidade de aveiro



theoria poiesis praxis

sua referência
Pedido de Parecer

sua comunicação de
11/07/2018 (e-mail)

nossa referência
45-CED/2018, 19/10/2018

tel. +351 234 370 815

campus universitário
de santiago
3810-193 aveiro

e-mail: ced@ua.pt

**Exma. Senhora
Doutora Marlene da Rocha Miguéis**

**Departamento de Educação e Psicologia
Campus Universitário de Santiago
3810-193 Aveiro**

Assunto: Processo n.º: 23/2018.

Requerente (s): Doutora Marlene da Rocha Miguéis.

Designação do Projeto e objeto de Parecer do Conselho de Ética e Deontologia:
"A Perceção das Crianças sobre a Violência Interparental"

Exma. Senhora Doutora Marlene da Rocha Miguéis,

Na sequência do pedido de parecer, com o processo n.º 23/2018, para o projeto: "A Perceção das Crianças sobre a Violência Interparental", junto envio o respetivo parecer favorável aprovado, por unanimidade, na reunião plenária do CED do dia 26 de setembro de 2018.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente da Conselho de Ética e Deontologia da Universidade de Aveiro,

Professor Doutor Jorge Arroiteia.

Anexo 2 - Autorização para utilização das escalas ECCV e CPIC

No dia 23 de janeiro de 2018 às 16:51, Maria Leite <mgracarleite@ua.pt> escreveu:

Boa tarde

Exma. Senhora Doutora Ana Sani,

Sou aluna de Mestrado, do 2º ano/2º semestre, em Psicologia da Saúde e Reabilitação Neuropsicológica, pela Universidade de Aveiro. Estamos a desenvolver um estudo (orientação da professora Marlene Migueis) de tese de mestrado, sobre a percepção das crianças (8 e 10 anos) expostas à violência interpaparental.

Gostaríamos de solicitar autorização da Versão Portuguesa da Escala de Percepção da Criança sobre os Conflitos Interparentais e da Escala de crenças das crianças sobre violência das quais é autora.

Na expectativa de uma breve resposta, subscrevemo-nos com grande estima

Cps

Graça Leite

De: Ana Isabel Sani <anasani@ufp.edu.pt>

Enviado: 23 de janeiro de 2018 17:14:11

Para: Maria Leite

Cc: mmigueis@ua.pt

Assunto: Re: Solicitação e autorização das EPCCI e ECCV

Boa tarde Dra. Graça Leite

Junto envio para fins de investigação as versões e os links para os artigos:

[Escala de Crenças da Criança sobre a Violência \(ECCV\)](#)

[Escala de Percepção da Criança sobre os Conflitos Interparentais \(7 aos 9 anos\)](#)

Gostaria que no final da mesma conhecer os resultados obtidos.

Melhores cumprimentos, ANA SANI

Ana Isabel Sani

PhD in Psychology of Justice. Associated Professor at University Fernando Pessoa (UFP)

Coordinator of the MA in Psychology of Justice: Victims of Violence and Crime (MPJ)-UFP

University Fernando Pessoa - [Praça 9 de abril, 349 - 4249-004](#) Porto, Portugal

Tel. + 351 22 507 13 00 | ext. 2305

[CV Degois](#) | [Academia](#) | [Researchgate](#) | [Google Académico](#) | [Redalyc.org](#)

Anexo 3 - Carta dirigida à coordenadora do [REDACTED]

ESTUDO CIENTÍFICO

PEDIDO DE COLABORAÇÃO DO COL[REDACTED]

Exma. Senhora Doutora C[REDACTED]

Eu, Maria da Graça Rocha Gonçalves Leite, portadora do Cartão de Cidadão n. 099346079ZZ3, residente em Rua de Rio D'Ossos, n. 420, 3720-854 Vila de Cucujães, titular do número de telemóvel 917716638 e da conta de correio eletrónica mgracarleite@ua.pt, estudante de Mestrado em Psicologia da Saúde e Reabilitação Neuropsicológica, na Universidade de Aveiro, venho por este meio solicitar a colaboração de V. Ex.ª no sentido de autorizar a recolha da amostra, no [REDACTED], para a elaboração da Dissertação de Mestrado no estudo da percepção das crianças e jovens sobre a violência interparesse, que estou a desenvolver sob orientação da Senhora Professora Doutora Marlene da Rocha Migueis.

Para este estudo será utilizada a Escala de Percepção da Criança aos Conflitos Interparentais (CPIC) e a Escala de Crenças da Criança à violência (ECCV). Os participantes deste estudo são crianças com idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos a frequentarem o segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico, numa amostra de 50 participantes. As escalas serão aplicadas a uma turma do segundo ciclo e uma turma do terceiro ciclo. A aplicação das escalas é efetuada em grupo e para o preenchimento das escalas são necessários cerca de 40 minutos. Os resultados obtidos são estritamente confidenciais, sendo apenas utilizados para os fins desta investigação. Estarei ao dispor da escola para tirar quaisquer dúvidas e para, se assim for do vosso interesse, ceder os resultados do estudo e as suas principais conclusões. Mais informo da minha disponibilidade para apresentar o procedimento e materiais a aplicar, bem como para outros esclarecimentos inerentes ao referido estudo.

Comprometo-me, por minha honra, e tendo em atenção o bom nome da entidade de Ensino em que o referido estudo se enquadra, e obrigo-me à confidencialidade sobre os dados a recolher e analisar.

Aguardando o melhor acolhimento a esta solicitação, subscrevo-me atenciosamente.

Aveiro, 6 junho de 2018

Maria da Graça Rocha Gonçalves Leite

Anexo 4 - Consentimento informado



DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Denominação do Estudo:

A percepção das crianças e jovens sobre a violência interparental

Esta investigação tem como objetivo compreender as percepções das crianças e jovens sobre a violência interparental e será realizada no âmbito do Mestrado em Psicologia da Saúde e Reabilitação Neuropsicológica, pela Universidade de Aveiro, pela mestranda Maria da Graça Rocha Gonçalves Leite, sob a orientação da Professora Doutora Marlene da Rocha Miguéis.

Eu, abaixo assinado (por favor escreva o seu nome completo) _____

_____ autorizo/não

autorizo o/a meu/minha filho/a a participar na investigação que tem como objetivo compreender a percepção das crianças e jovens sobre a violência interparental. Tomei conhecimento de que para a realização do estudo é necessário recolher dados através de dois instrumentos (Escala de Percepção da Criança dos Conflitos Interparentais – (CPIC) e a Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV)), sendo garantido o anonimato dos participantes. Todos os dados recolhidos são confidenciais e apenas para fins de investigação e de acordo com os procedimentos éticos exigidos na investigação científica. Foi-me esclarecido que a participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão tenha qualquer prejuízo para o meu educando/a sendo preservada também a sua identidade.

Depois de estar devidamente esclarecido/a sobre o estudo, foi-me permitido fazer perguntas, obtendo respostas satisfatórias. Por ser verdade, autorizo / não autorizo que o/a meu/minha filho/a colabore como participante nesta investigação.

Assinatura

Encarregado de Educação do/a estudante

Data: ____ / ____ / ____

Anexo 6: Resposta dos participantes ao Fator 1 - Determinantes Socioculturais

Item	Determinantes Socioculturais	NC	CP	C	CM
7	Só controla a violência quem a exerce, os outros, nada podem fazer	17 (48.6%)	8 (22.9%)	6 (17.1%)	4 (11.4%)
11	A violência entre dois adultos é normal e aceitável	26 (74.3%)	7 (20.0%)	1 (2.9%)	1 (2.9%)
13	A violência entre crianças não passa de brincadeira	23 (65.7%)	9 (25.7%)	2 (5.7%)	1 (2.9%)
14	Só conseguimos lidar com a violência se formos violentos também	27 (77.1%)	4 (11.4%)	3 (8.6%)	1 (2.9%)
21	A violência não pode ser controlada	24 (68.6%)	8 (22.9%)	1 (2.9%)	2 (5.7%)
23	É mais grave uma mulher bater num homem do que um adulto bater numa mulher	27 (77.1%)	5 (14.3%)	1 (2.9%)	2 (5.7%)
24	É mais grave uma criança bater num adulto do que um adulto bater numa criança	15 (42.9%)	11 (31.4%)	2 (5.7%)	7 (20.0%)
25	As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência	29 (82.9%)	4 (11.4%)	2 (5.7%)	0 (0.0%)
26	As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas	26 (74.3%)	4 (11.4%)	3 (8.6%)	2 (5.7%)
28	A violência é um método para tentar resolver um problema	25 (71.4%)	8 (22.9%)	1 (2.9%)	1 (2.9%)
29	Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres	25 (71.4%)	6 (17.1%)	2 (5.7%)	2 (5.7%)

Anexo 7: Respostas dos participantes ao Fator 2 - Determinantes Individuais

Item	Determinantes Individuais	NC	CP	C	CM
1	Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo	2 (5.7%)	5 (14.3%)	14 (40.0%)	14 (40.0%)
2	Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo errado	7 (20.0%)	12 (34.3%)	11 (31.4%)	5 (14.3%)
5	É porque se confia nas pessoas que estas abusam e magoam as outras	24 (68.6%)	8 (22.9%)	2 (5.7%)	1 (2.9%)
6	A violência deve ser uma preocupação somente para quem é violento	12 (34.3%)	8 (22.9%)	7 (20.0%)	8 (22.9%)
8	As pessoas violentas são doentes da cabeça e não sabem o que fazem	13 (37.1%)	12 (34.3%)	6 (17.1%)	4 (11.4%)
9	O álcool é responsável pela violência das pessoas	4 (11.4%)	14 (40.0%)	11 (31.4%)	6 (17.1%)
10	Quem se droga não tem culpa de ser violento	18 (51.4%)	11 (31.4%)	2 (5.7%)	4 (11.4%)
15	A violência está ligada a relacionamentos pouco afetivos entre as pessoas	12 (34.3%)	14 (40.0%)	5 (14.3%)	4 (11.4%)
16	A violência sobre as pessoas é sobretudo cometida por estranhos	10 (28.6%)	16 (45.7%)	6 (17.1%)	3 (8.6%)
19	Quando a violência ocorre em casa é dentro de casa que tem que ser resolvida. Ninguém deve meter-se	6 (17.1%)	10 (28.6%)	10 (28.6%)	9 (25.7%)
20	Só quando a violência ocorre na rua ou noutros sítios públicos devemos metermo-nos para acabar com a situação	10 (28.6%)	15 (42.9%)	4 (11.4%)	6 (17.1%)
22	As pessoas que são maltratadas e não pedem ajuda é porque não se importa de apanhar	21 (60.0%)	11 (31.4%)	3 (8.6%)	0 (0.0%)

Anexo 8: Respostas dos participantes ao Fator 3 – Determinantes educativos

Item	Determinantes Educativos	NC	CP	C	CM
4	As pessoas da família (ex: pais) têm direito a bater ou tratar mal	29 (82.9%)	5 (14.3%)	1 (2.9%)	0 (0.0%)
12	Um adulto (ex: pai, professor) tem direito a magoar uma criança para a educar	23 (65.7%)	9 (25.7%)	3 (8.6%)	0 (0.0%)
17	Um pai ou mãe têm direito a tratar mal o seu filho, porque eles é que mandam em casa	27 (77.1%)	7 (20.0%)	1 (2.9%)	0 (0.0%)
18	Quem cuida (ex: pais) têm todo o direito de bater	25 (71.4%)	8 (22.9%)	2 (5.7%)	0 (0.0%)
30	Quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem	8 (22.9%)	12 (34.3%)	12 (34.3%)	3 (8.6%)
31	As pessoas merecem apanhar para aprenderem	22 (62.9%)	11 (31.4%)	1 (2.9%)	1 (2.9%)

Anexo 9: Respostas dos participantes ao Fator 4 – Etiologia da Violência

Item	Determinantes Educativos	CM (1)	C (2)	CP (3)	NC (4)
3	A violência é algo que se aprende	14 (40.0%)	6 (17.1%)	10 (28.6%)	5 (14.3%)
27	A violência tem a ver com poder ou desigualdade	14 (40.00%)	14 (40.00%)	6 (17.1%)	1 (2.9%)
32	A violência tem a ver com o querer exercer controlo	19 (54.3%)	8 (22.9%)	4 (11.4%)	4 (11.4%)

Anexo 10 - Respostas dos participantes à CPIC e subescalas

Item	Intensidade	V	PV	F
5	Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem	8 (22.9%)	18 (51.4%)	9 (25.7%)
13	Quando os meus pais têm um desentendimento eles discutem calmamente	13 (37.1%)	19 (54.3%)	3 (8.60%)
22	Quando os meus pais têm uma discussão eles dizem coisas más um ao outro	2 (5.7%)	13 (37.1%)	20(57.1%)
31	Quando os meus pais têm uma discussão eles gritam um com o outro	4 (11.4%)	18 (51.4%)	13 (37.1%)
36	Os meus pais quase nunca gritam quando têm um desentendimento	20 (57.1%)	11 (31.4%)	4 (11.4%)
38	Os meus pais quebram ou atiram coisas durante uma discussão	3 (8.6%)	3 (8.6%)	29 (82.9%)
43	Os meus pais empurram-se um ao outro durante uma discussão	2 (5.7%)	3 (8.6%)	30 (85.7%)
Frequência				
1	Eu nunca vejo os meus pais discutindo ou discordando	4 (11.4%)	22 (62.9%)	9 (25.7%)
10	Eles podem não pensar que eu sei, mas os meus pais discutem e discordam muito	7 (20%)	14 (40.0%)	14 (40.0%)
15	Os meus pais são muitas vezes maus um com o outro mesmo quando estou presente	2 (5.7%)	5 (14.3%)	28 (80.0%)
19	Frequentemente vejo ou ouço os meus pais discordando	6 (17.1%)	12 (34.3%)	17 (48.6%)
27	Os meus pais quase nunca discutem	23 (65.7%)	8 (22.9%)	4 (11.4%)
35	Os meus pais frequentemente chateiam e queixam-se um do outro por toda a casa	4 (11.4%)	4 (11.4%)	27 (77.1%)
Resolução				
2	Quando meus pais têm uma discussão normalmente resolvem o assunto	30 (85.7%)	2 (5.7%)	3 (8.6%)
11	Mesmo depois dos meus pais pararem de discutir eles ficam zangados um com o outro	0 (00.0%)	12 (34.3%)	23 (65.7%)
20	Quando os meus pais discordam sobre algo, eles normalmente propoem uma solução	25 (71.4%)	7 (20.0%)	3 (8.6%)
28	Quando os meus pais discutem eles normalmente fazem as pazes imediatamente	2 (5.7%)	13 (37.1%)	20 (57.1%)
39	Depois que os meus pais deixam de discutir, eles são amigáveis um para o outro	27 (77.1%)	7 (20.0%)	1 (2.9%)
46	Os meus pais continuam a agir mal depois de terem tido uma discussão	0 (0.00%)	10 (28.6%)	25 (71.4%)
Ameaça				
7	Fico assustado/a quando os meus pais discutem	14 (40.0%)	16 (45.7%)	5 (14.3%)
16	Quando os meus pais discutem eu preocupo-me sobre o que me acontecerá	18 (51.4%)	8 (22.9%)	9 (25.7%)
24	Quando os meus pais discutem tenho medo que algo mau possa acontecer	18 (51.4%)	7 (20.0%)	10 (28.6%)
33	Quando os meus pais discutem preocupo-me que um deles saia magoado	13 (37.1%)	6 (17.1%)	16 (45.7%)
40	quando os meus pais discutem tenho medo que eles também possam gritar comigo	11 (31.4%)	8 (22.9%)	16 (45.7%)
45	Quando os meu pais discutem preocupa-me que eles possam divorciar-se	15 (42.9%)	9 (25.7%)	11 (31.4%)

Eficácia no Coping			
6	Quando os meus pais discutem eu consigo fazer algo para sentir-me melhor	16 (45.7%)	9 (25.7%) 10 (28,6%)
14	Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões	11 (31.4%)	14 (40.0%) 10 (28,6%)
23	Quando os meus pais discutem ou discordam posso normalmente ajudar a melhorar as coisas	14 (40.0%)	10 (28.6%) 11 (31.4%)
32	Quando os meus pais discutem não há nada que eu possa fazer para para-los	8 (22.9%)	14 (40.0%) 13 (37.1%)
44	Quando os meus pais discutem ou discordam não há nada que possa fazer para sentir-me melhor	8 (22.9%)	10 (28.6%) 17 (48.6%)
48	Quando os meus pais discutem eles não ligam a nada do que eu digo	5 (14.3%)	14 (40.0%) 16 (45.7%)
Culpa			
9	Não me culpo quando os meus pais têm discussões	12 (34.3%)	14 (40%) 9 (25.7%)
18	É normalmente minha a culpa dos meus pais discutirem	3 (8.6%)	10 (28.6%) 22 (62.9%)
26	Mesmo que não o digam, eu sei que sou culpado quando os meus pais discutem	2 (5.7%)	10 (28.6%) 23 (65.7%)
41	Os meus pais culpam-me quando têm discussões	0 (0.00%)	5 (14.3%) 30 (85.7%)
47	Normalmente não é culpa minha quando os meus pais têm discussões	22 (62.9%)	7 (20.0%) 6 (17.1%)
Conteúdo			
3	Os meus pais entram frequentemente em discussão sobre coisas que eu faço na escola	1 (2.9%)	10 (28.6%) 24 (68.6%)
21	As discussões dos meus pais são normalmente sobre mim	4 (11.4%)	10 (28.6%) 21 (60.0%)
29	Os meus pais normalmente discutem ou discordam por causa de coisas que eu faço	4 (11.4%)	15 (42.9%) 16 (45.7%)
37	Os meus pais entram frequentemente em discussão quando eu faço algo errado	2 (5.7%)	6 (17.1%) 27 (77.1%)
Triangulação			
4	Quando os meus pais discutem eu acabo por ser envolvido de alguma maneira	4 (11.4%)	10 (28.6%) 21(60.0%)
8	Sinto-me apanhado/a no meio quando os meus pais discutem	3 (8.6%)	8 (22.9%) 24(68.6%)
12	Quando os meus pais discutem eu tento fazer algo para para-los	12 (34.3%)	12 (34.3%) 11(31.4%)
17	Não sinto que tenha que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento	12 (34.3%)	14 (40.0%) 9 (25.7%)
25	A minha mãe quer que eu esteja do lado dela quando ela e o meu pai discutem	1 (2.9%)	5 (14.3%) 29 (82.9%)
30	Eu não sou envolvido quando os meus pais discutem	14 (40.0%)	14 (40.0%) 7 (20.0%)
34	Sinto como se tivesse que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento	9 (25.7%)	14 (40.0%) 12 (34.3%)
42	O meu pai quer que eu esteja do lado dele quando ele e a minha mãe discutem	1 (2.9%)	3 (8.6%) 31 (88.6%)